



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE LICENCIATURA PLENA – PEDAGOGIA/PARFOR

MARIA SANTANA DA COSTADA SILVA
MARIA VALNER DE JESUS FONTELLES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DESENVOLVIMENTO SÓCIOCOGNITIVO

ABAETETUBA - PA
2022

MARIA SANTANA DA COSTADA SILVA
MARIA VALNER DE JESUS FONTELLES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DESENVOLVIMENTO SÓCIOCOGNITIVO

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito final à obtenção de grau de licenciatura.

Profº Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S586e Silva, Maria Santana da Costa da.
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DESENVOLVIMENTO
SÓCIOCOGNITIVO / Maria Santana da Costa da Silva, Maria
Valner Fonteles do Couto . — 2022.
25 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Deficiência múltipla. 2. Desenvolvimento
sociocognitivo. 3. Inclusão. I. Título.

CDD 371.9046098115

MARIA SANTANA DA COSTADA SILVA
MARIA VALNER DE JESUS FONTELLES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DESENVOLVIMENTO SÓCIOCOGNITIVO

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito final à obtenção de grau de licenciatura.

Prof^o Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo.

Aprovado em: 28/12/2022

Nota/Conceito: EXCELENTE

Prof Dr. Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo - FAECS
Universidade Federal do Pará

Prof. Olidete de Araújo
Universidade Federal do Pará

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu a oportunidade, força de vontade e coragem para superar todos os desafios que enfrentei nesses anos de curso. À minha família, principalmente aos meus pais e meus filhos por todo o apoio, paciência e compreensão que tiveram comigo nesse período. Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida. Muito obrigada!

Maria Santana

Agradeço a Deus por ter me fortalecido ao ponto de superar as dificuldades ao longo do curso. À minha mãe e irmãos que não me deixaram desistir, quando achei que não conseguiria. Minha equipe de estudo, que foi importante nesse processo. Aos professores pelas correções e ensinamentos, e em especial nosso orientador Raimundo Nonato. Enfim, agradeço a todos que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida. Muito obrigada!

Maria Valner

Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Breve histórico sobre a Educação Especial e Inclusiva.....	8
1.1 Concepções/conceitos sobre inclusão.....	13
1.2 Metodologias Inclusivas.....	14
1 METODOLOGIA.....	15
2.1 Descrição do estudo.....	15
2.2 Lócus da pesquisa.....	16
2.3 Sujeitos da pesquisa.....	16
2.4 Coleta de dados.....	16
2.5 Interpretação de dados.....	17
3 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR DA ESCOLA EMEIF N^a SRA DE NAZARÉ.....	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DESENVOLVIMENTO SÓCIOCOGNITIVO

MARIA SANTANA DA COSTADA SILVA¹
MARIA VALNER DE JESUS FONTELLERES²

RESUMO

A inclusão da criança com deficiência múltipla nas salas de aulas do ensino regular traz em sua conjuntura muitos desafios. O interesse em elaborar esse trabalho com o tema Educação Inclusiva e Desenvolvimento sociocognitivo surgiu da necessidade de compreender como se dá o processo de ensino aprendizagem e quais repertórios de conhecimentos lhes são ensinados e quais aprendidos por uma perspectiva inclusiva. Respalado por este objetivo, e com o intuito de dar suporte para as reflexões, levantamos a seguinte problemática: a escola está preparada para receber esses alunos? O governo apoia ou não a escola com recursos financeiros para a permanência desses alunos? Os professores estão capacitados para receber esses alunos? Na escola o que está acontecendo é inclusão ou integração? Dentro desta perspectiva o processo metodológico deste trabalho está fundamentado numa pesquisa de caráter bibliográfico e pesquisa de campo com abordagem qualitativa, utilizando-se como técnica de coleta de dados, entrevista semiestruturada e observação não participante. Assim, o processo de inclusão apresenta muitos entraves especialmente na escola pública da zona rural e os desafios impostos por essa realidade são diversos como a formação docente, a falta de recursos e precariedade do ensino.

Palavras-chave: Deficiência múltipla. Desenvolvimento sociocognitivo. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende descrever uma investigação sobre a ação educativa direcionada a inclusão de um aluno com deficiência múltipla na escola e compreender acerca do seu desenvolvimento sociocognitivo. O interesse com o tema proposto para essa pesquisa referente à educação inclusiva são as motivações em estudar sobre o processo sociocognitivo da criança com deficiência na educação regular de ensino.

Diante desses fatos analisa-se como acontece a educação inclusiva desse aluno com deficiência múltipla na E. M. E. I. F. N^a Sr^a de Nazaré, localizada no ramal do Curupere Grande, município de Abaetetuba- PA, pois incluir não significa colocar mais uma cadeira em sala de aula, mas formular alguns questionamentos: Como o processo de escolarização de um aluno com deficiência múltipla está contribuindo para o seu desenvolvimento sociocognitivo? Os professores estão capacitados para receber esses alunos? Assim, o objetivo geral desse

1 Concluinte do curso de pedagogia – Universidade Federal do Pará

2 Concluinte do curso de pedagogia – Universidade Federal do Pará

artigo é compreender como o processo de escolarização está contribuindo para o desenvolvimento sociocognitivo do aluno com deficiência múltipla. Com o objetivo específico se tem: analisar a relação professor-aluno no processo de ensino aprendizagem; observar como a escola trabalha na perspectiva da educação inclusiva; analisar os desafios da inclusão dos alunos com deficiência múltipla.

A relevância social da pesquisa se mostra importante, pois tem o objetivo de permitir que o tema da inclusão seja pensado de forma clara, porque a sociedade é um fator importante, pois precisa se pensar em meios para educar as pessoas em relação à inclusão, fato que facilita interação de pessoas com necessidades específicas no meio social.

No plano acadêmico, a importância é de contribuir para a pesquisa e ajudar à escola, em particular a educação inclusiva de modo a observar e refletir como está sendo desenvolvido o trabalho de aprendizado da criança com deficiência múltipla.

No Plano Científico, no entanto ao relatar e descrever o desenvolvimento sócio-cognitivo e essa inclusão na escolarização precisa-se de fontes científicas teoricamente confirmadas, pois os estudiosos das áreas visam olhares de relações em prol da vida e dos direitos dos deficientes, que os discentes com déficits precisam com urgência de atendimento especializado na área educacional para que os mesmos possam adquirir o ensino e aprendizados na sua maior totalidade de direitos.

Pretende-se que os resultados deste estudo possam subsidiar medidas que contribuam para que a ação educativa contemple as necessidades educativas específicas de todos os alunos que estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem levando em consideração as suas possibilidades e limitações.

1 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Breve histórico da Educação Especial e Inclusiva

A Educação Inclusiva tem sido um assunto de muita reflexão, pois nos últimos anos, ela deixou de ser naturalizada, para ser problematizada. Segundo Aranha (2004), por muito tempo, a deficiência foi vista como um fenômeno metafísico, determinado pela possessão demoníaca ou escolha divina, para que os pecados dos familiares fossem purgados. Devido esse pensamento, os séculos marcados pela inquisição católica e posteriormente pela reforma protestante, contribuíam e muito para que pessoas com deficiência fossem castigadas e até mortas, pois eram considerados personificação do mal.

Mendes (2006) nos diz que a história da educação especial começou a ser trilhada no século XVI, com profissionais da medicina e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes

na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados nesse aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos, esses profissionais desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos.

Ao falar da educação inclusiva, é crucial resgatar o histórico de lutas, conquistas e estudos que consolidam essa estratégia pedagógica como um modelo de avanço educacional. O movimento de inclusão das pessoas com deficiência é algo recente. Historicamente a existência discriminatória da escola e de toda sociedade se limita à escolarização de um grupo distinto e homogêneo de pessoas. Os que não pertenciam a esse grupo ficavam excluídos dessa sociedade.

Após vários anos de exclusão e abandono até antes dos anos 80, as atenções tomam corpo e são abertas algumas instituições especializadas motivadas por lutas sociais em torno dos direitos humanos que ampliaram o atendimento especializado. Porém o perfil dessas instituições especializadas tem como propósito atender as pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora ou decorrente de distúrbios invasivos de desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também tem integrado o alunado da educação especial.

Em meados do século XIX inicia uma articulação para uma política voltada a Educação Especial. É nessa época que surgem instituições como a sociedade Pestalozzi do Brasil e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que segundo Santana (2020) a predominância dessas associações aconteceu devido o despreparo da escola pública para atender aos alunos com necessidades especiais. Foi somente na década de 1930 que se iniciou efetivamente a educação escolar das pessoas com necessidades especiais. Em 1954 surge a primeira APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – onde elas acabaram predominando no Brasil em virtude do despreparo da escola pública para atender as necessidades individuais dos alunos com deficiência. Com apoio governamental e, sobretudo, da comunidade estas instituições passaram difundir metodologias e materiais educacionais específicos.

Em 1977 foi desenvolvida a política de Educação Especial, sob a orientação do Ministério da Educação (MEC) que definia a criação de classes especiais e escolas especiais para as redes de ensino. O contexto da Educação Especial relaciona-se naturalmente com o problema do sistema escolar e da organização administrativa da educação em geral. Educação Especial desenvolve-se em torno da igualdade de oportunidades, em que todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças, deverão ter acesso a uma educação com qualidade,

capaz de responder a todas as suas necessidades, buscava-se então uma escola para todos, independentemente da origem social de cada um.

Porém, o ensino especial foi alvo de críticas, por não promover o convívio entre as crianças com deficiência e as demais crianças sem deficiência pois, interagir com outros sujeitos e construir a sua linguagem é condição imprescindível para que possa apropriar-se da cultura e se construir.

Assim, na década de 1950 o que predominou foi o legado médico que vê o indivíduo como tendo de algum modo uma deficiência e carecendo de educação especial. Na década de 1960, predominou a resposta sociológica que representa a crítica ao legado psico-médico que defende uma contribuição social de necessidades educativas especiais para cada tipo de deficiência, como diz Sasaki (1997):

A década de 60, por exemplo, testemunhou o bom de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, centros de habilitação, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho, clube sociais especiais, associações desportivas especiais. (p.31)

Essas instituições as quais Sasaki se refere, foram criadas concebendo a ideia de proteger o “diferente” e, após, reintegrá-lo ao convívio social. Na realidade, estavam considerando muito mais a questão social do que seu desenvolvimento como um todo.

Na década de 1970, por exemplo, predominaram as abordagens curriculares que enfatizam o papel do currículo na seleção de aprendizagem, a noção de deficiência passou a ser questionada pelas autoridades educacionais, especialmente as inglesas. Nesse contexto, fica explícita a ideia de que todas as crianças, cada uma com suas especificidades, estão em constante processo de aprendizagem.

A partir dos anos 80 acelerou-se a criação de instituições principalmente na área de deficiência mental como resultado da Interiorização das APAEs. Por sua vez, a Constituição de 1988 trouxe mudanças significativas para a educação das pessoas com necessidades educativas especiais. A nossa Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º capítulo I diz: a “igualdade dos direitos entre os indivíduos, sem distinção de qualquer natureza”. Este artigo serviu como suporte legal a todas as outras legislações destinadas a área social e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade.

Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais escolas

“regulares”. A legislação, no entanto, é sábia em determinada preferência para essa modalidade de atendimento educacional, ressaltando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento.

As políticas recentes do setor têm indicado três situações possíveis para a organização do atendimento são: participação nas classes comuns, de recursos, sala especial e escola especial. Todas essas possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade.

Portanto, no cenário brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei número 9.394/96 introduziu, em seu capítulo V, artigo 58 e incisos I, II e III as bases da Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (BRASIL, 1996 p. 19)

Abordar as reformas educacionais leva-nos à necessária relação com o conceito de exclusão e toda a sua problemática. Sempre existiram excluídos, seja por processos de dominação, seja por segregação, motivada por problemas relacionados com religião, política, saúde, etnia, sexo, gênero, economia, etc.

Em junho de 1994, em decorrência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais foi elaborada a Declaração de Salamanca documento de referência mundial e orientador do processo de inclusão no sentido de orientar organizações e governos em suas práticas propondo dentre outras que as escolas acolhessem tanto as crianças com deficiências como os bens dotados. Por este documento se firma a urgência de ações que transforme em realidade uma educação capaz de reconhecer as diferenças, promoverem a aprendizagem e atender as necessidades de cada criança individualmente. Logo, fica em evidência que:

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades. (BRASIL, 1994 p. 26).

O objetivo maior da declaração foi definir a política para inspirar a ação dos governos de organizações internacionais e nacionais de ajuda, de organizações não governamentais e de outros organismos na aplicação da Declaração de princípios, política e prática para necessidades educativas especiais.

A partir da Declaração de Salamanca foi propagado em todo o país o direito de educação para todos. A Constituição Federal e a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 9394/96 fundamentam-se nos princípios e na filosofia de que todos devem ter iguais oportunidades para aprender e desenvolver suas capacidades, habilidades e potencialidades para assim alcançar a independência social e econômica bem como se inserir totalmente na vida em sociedade.

Então, em dezembro de 1996 é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9.394/96 onde no texto confirma que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e devem existir serviços de apoios especializados.

Segundo Marques; Hatmann (2012, p 18380:

A proposta de inclusão surgiu no início do século XX, momento em que as pessoas com deficiências passaram a ser considerados cidadãos com direitos e deveres. Isso foi expresso por intermédio de diversos documentos que surgiram, sendo o primeiro deles de 1948, no qual se torna pública a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com base nesse documento, as famílias destas pessoas iniciaram alguns debates e organizaram-se, realizando, então, as primeiras críticas sobre segregação. Surgiram daí os movimentos em prol da inclusão.

Em 2011, é promulgado o Decreto nº 7.611 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) além de outras providências. Em 2015 a LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é uma grande conquista na medida em que vai na contramão desse passado histórico, definindo a deficiência como atributo que não pode ser descolado do contexto, uma vez que se dá na interação de uma pessoa que possui uma ou mais características que divergem do padrão com barreiras. Em outras palavras, a deficiência – seja ela de que ordem for – só existe na relação com um mundo repleto de impedimentos para a plena inclusão da pessoa que a possui. As barreiras podem ser arquitetônicas (portas estreitas, banheiros não adaptados, por exemplo); urbanísticas (calçada desnivelada, falta de piso tátil e sinal sonoro em semáforos, entre outros); nos transportes (ausência de rampas e corrimão); na comunicação (ausência de libras, legendas, texto alternativo etc.); tecnológicas (que impedem o acesso à tecnologia); e/ou atitudinais.

As conquistas legais nesse campo consolidaram, contudo, a corresponsabilidade entre Estado e sociedade na eliminação de barreiras, de modo a possibilitar que pessoas com deficiência se desenvolvam de maneira autônoma e independente.

1.1 Concepções/conceitos sobre inclusão

Entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas gerais pessoas com deficiência, a inclusão é a efetivação do direito a educação para todos, pela valorização das diferenças culturais, étnico-raciais, sexuais, físicas, sensoriais, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras, que visa a reverter o percurso da exclusão, ao criar condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos, acessível. A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente a espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos – alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino e de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoa diversidade inerente a espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos – alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino e de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoa diversidade inerente a espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos – alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino e de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Todos os alunos, independentemente do tipo de limitação, têm o direito de estar na mesma escola. Escola é para todos.

A inclusão causa uma mudança de perspectiva emocional educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola mas apoia todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. O processo de inclusão traz muitas implicações e, por isso, ele é desafiador e pleno de possibilidades para os educadores e os educandos. A sociedade está construindo um processo inclusivo, mas ainda produz exclusão, há um movimento para incluir e obstáculos à inclusão.

Por isso apesar de recente na literatura especializada, os conceitos inclusivistas envolvem valores humanos que vêm, historicamente, sendo aperfeiçoados por todos que participam ativamente do processo de construção e de justiça social. Entendê-los, refleti-los, debatê-los, questioná-los é fundamental a todo processo, pois orientam e aprimoram o pensar e o agir. Dentro dos movimentos de inclusão das pessoas com deficiência nos contextos sociais, os conceitos inclusivistas têm significados diferentes, porém, se completam.

A autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce, a independência, é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas e o empowerment significa o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa o seu poder pessoal inerente à sua condição.

Por tanto para incluir tem que levar em consideração os conceitos inclusivistas, pois estes fazem parte do processo de inclusão, esses conceitos pressupõem a inclusão como um “processo bilateral” no qual os excluídos e a sociedade buscam a superação dessa condição mutuamente. Nessa concepção, a deficiência deixa de centrar-se exclusivamente no seu portador, passando a tornar-se responsabilidade social, uma vez que esta não mais se restringe a necessidade específica do sujeito, mas, também na incapacidade da sociedade em oferecer “equidade”, entendida como igualdade de oportunidades, que possibilite a todo ser humano, também as pessoas com deficiência, alcançarem qualidade de vida, independente das desvantagens advindas de suas necessidades específicas.

Promover o processo de inclusão requer a adoção de uma nova forma de ver a deficiência, a inclusão tem que ser feita de modo que se torne uma prática comum a todos e em quaisquer níveis e espaços de nosso sistema educacional, e não apenas vista como uma providência emergente para acabar com desigualdade que se façam evidente em determinado instante. De acordo com Mantoan.

O que em outros tempos se estimava como a melhor maneira de atender as necessidades dos alunos incapacitados, ou seja, separá-los do resto da sociedade em turmas escolares em instituições especializadas, converteu-se em solução ultrapassada (1998, p.98).

Buscar saídas para a inclusão desses alunos em nossos sistemas de ensino remete-nos a considerar, necessariamente, os elementos geradores da situação de exclusão vivida por eles e significa entendermos a escola como um espaço sócio-cultural, responsável pela abordagem pedagógica do conhecimento e da cultura, e em articulação orgânica com o contexto em que está inserido.

Mas, para que a inclusão venha a se legitimar, a escola precisa assumir sua parcela de responsabilidade atenta que as dificuldades de alguns alunos não só apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

1.2 Metodologias inclusivas

O princípio primordial de uma escola inclusiva e de qualidade é atender os alunos com necessidades educacionais especiais, respeitando a singularidade de cada um. A metodologia inclusiva deve estar presente em todas as escolas, pois esta valoriza as potencialidades,

talentos, habilidades e oportuniza planejamento individual, almejando o desenvolvimento, a felicidade e a aprendizagem de cada criança.

Assim, os maiores desafios de uma metodologia inclusiva é fortalecer os treinamentos dos professores não só deles mas de toda comunidade escolar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para superar barreiras e possibilitar a plena participação dos alunos, inseridos em cada escola.

Por isso, é importante que haja troca constante de experiências, esclarecimento de dúvidas e que eles saibam qual é a deficiência do educando e as suas necessidades específicas. A parceria entre os professores da educação comum com os da educação especial deve estabelecer estratégias pedagógicas e formativas, metodologias que favoreçam a aprendizagem e a participação desse aluno no contexto escolar. Criar uma rede de apoio e reestruturação do espaço escolar. Todos os passos devem ser dados em busca de melhoras na educação.

A adaptação de métodos de ensino necessária para estabelecer inclusive crianças com dificuldade intelectuais é tudo o que a escola atual precisa para finalmente oferecer um ensino de qualidade no Brasil; as escolas precisam disso para ontem, tendo ou não pessoas com deficiências mental nas salas de aula. Esses métodos são extremamente salutares e benéficos a todos pois devem estar baseados na cooperação mutua entre os alunos e na construção do conhecimento individual, dentro de suas potencialidades, que podem ficar além ou aquém daquilo que seria tradicionalmente transmitido pela professora nas aulas baseadas em palestras, que já não conquistam o interesse dos alunos.(FAVERO, 2002, p. 34-35).

Partindo dessa perspectiva, compreende-se que tais metodologias podem auxiliar no processo de diversidade que adentra os espaços escolares, reconhecendo e respeitando a autonomia dos estudantes, afim de desenvolver processos emancipatórios e possibilitar a construção do conhecimento através dos diferentes meios pelos quais as crianças com deficiência se desenvolvem. Cabe ao professor, enquanto mediador, avaliar qual metodologia valoriza os diferentes sujeitos em sala de aula, potencializando os modos peculiares de desenvolvimento de cada um.

2 METODOLOGIA

2.1 Descrição do estudo

Com a intenção de poder compreender os aspectos relacionados ao tema trabalhado essa pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, a qual segundo Minayo (2000)

“A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja,

ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis”. (p. 21)

Utilizou-se como procedimento metodológico para este estudo a pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica se torna de primordial importância, porque nos mostra diferentes estudos e investigações que nos permitem entender, por meio de diversos pontos de vista, inúmeros conceitos acerca da temática pesquisada. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44).

2.2 Lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada na E.M.E.I.F. Nossa Senhora de Nazaré, zona rural do município de Abaetetuba-PA, por ser uma escola que possui alunos com deficiência que responderia o objetivo desta pesquisa a respeito do processo de inclusão. A escola possui 2 salas de aulas, sendo uma para educação infantil e outra para o ensino multisseriado, 1 sala da diretoria que também funciona como secretaria e sala dos professores, 3 banheiros sendo 1 adaptado, um corredor que funciona como refeitório e área recreativa e 1 cozinha.

2.3 Sujeitos da pesquisa

O alvo desta pesquisa é aluno com deficiência múltipla e a professora acerca do processo de ensino aprendizagem. Efetivamente para melhor coleta de dados e proveito da pesquisa também foram entrevistadas a diretora da escola, a profissional do apoio escolar, os pais/responsáveis do estudante cadeirante e 2 colegas da mesma classe da escola que pertence da criança cadeirante.

2.4 Coleta de dados

No processo de coleta de dados selecionamos a observação não-participante com o intuito de compreender como se dá o processo de inclusão e o processo de ensino aprendizagem. Na observação não participante “[...] o pesquisador tem contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, permanece de fora” Lakatos e Marconi (1996, p.193). As observações foram registradas em diário de acompanhamento que, segundo Lakatos e Marconi:

Ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu

comportamento [...] e obriga o investigador a um contato mais direto com realidade [...] (1996, p.191).

Também utilizamos uma entrevista semiestruturada de forma flexível para facilitarmos a conversação com a direção da escola; profissional de apoio escolar (PAE); a professora de turma; mãe da criança e estudantes da mesma turma. Para Gil (2008) a entrevista semiestruturada “[...] é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõe as ciências sociais” (GIL, 2008. p. 109).

2.5 Interpretação dos dados

Para a análise e tratamento dos dados coletados nas observações e entrevistas realizadas em campo, adotamos a análise de conteúdo. Nesse contexto, conforme citado por Bardin:

A análise de conteúdo envolve uma descrição analítica como uma forma de tratamento em pesquisas qualitativas e quantitativas, uma análise de significados, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação (2011, p. 21).

Os nossos dados foram obtidos entre os meses de Agosto e Setembro de 2022. Em sequência, as respostas foram agrupadas com o intuito de dar início a análise que apresentou caráter qualitativo, a partir das entrevistas realizadas.

3 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR DA ESCOLA EMEIF Nº SRA DE NAZARÉ

Considerando que nosso estudo teve como objetivo compreender como o processo de escolarização está contribuindo para o desenvolvimento sócio cognitivo e para a inclusão de crianças deficientes, nossa análise inicial foi realizada dentro da sala de aula a saber de que forma ocorre este processo educacional e posteriormente em outros aspectos da instituição.

O aluno alvo desta pesquisa é um aluno de 9 anos com deficiência múltipla que estuda no 3º ano do ensino fundamental, no turno da tarde da escola EMEIF Nº Sra de Nazaré localizada na zona rural do município de Abaetetuba - PA. Além da deficiência física que afeta sua imobilidade nos membros inferiores o aluno apresenta um comprometimento neurológico que afeta seu desenvolvimento motor e mental.

A turma em que o aluno está matriculado é uma turma de ensino multisseriado do 1º ao 5º ano e possui apenas uma professora regente que possui apenas o antigo magistério, não

tendo formação em nível superior. Na entrevista a professora destaca que o aluno não consegue acompanhar o ritmo da turma, não consegue realizar as mesmas atividades que os outros alunos e necessita de um auxílio e acompanhamento intenso para a realização das atividades. O aluno tem, ofertada pela Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, um Profissional de Apoio Escolar – PAE que atua justamente nesse acompanhamento dele, seja nas atividades, na alimentação, recreação, na condução ao banheiro e etc.

No processo de ensino aprendizagem, o aluno necessita de apoio para conseguir segurar o lápis, não consegue escrever seu próprio nome e pronuncia poucas palavras. Ele reconhece poucas vogais e consoantes e necessita de atividades adaptadas e diferentes da sua turma, visto que no 3º ano os alunos já trabalham a escrita do quadro, leitura e interpretação e contas básicas de matemática. As professoras relatam que elas sempre buscam trabalhar a partir daquilo que ele consegue e vão avançando na medida em que julgam necessário, mas ressaltam que o aluno adquiriu um curto repertório de conhecimento e que não avança no processo de leitura e escrita tendo seu desenvolvimento sociocognitivo limitado. Na imagem a seguir, a professora trabalha a coordenação motora fina e o reconhecimento e associação das vogais.

Imagem 1 e 2- atividade realizada com o aluno com deficiência múltipla



Fonte: arquivo pessoal (2022)

De acordo com as observações da pesquisa em campo, as atividades que mais lhe chamam atenção são atividades recreativas, de cantar, dançar, imitar. As professoras relatam que isso é muito divertido pra ele.

Ao ser questionada sobre as principais dificuldades enfrentadas acerca do processo de ensino aprendizagem do aluno a professora destaca:

A nossa dificuldade é que apesar da escola nos apoiar ela não tem recursos financeiros, muitas vezes para nós conseguirmos fazer algo, a gente tem que tirar dinheiro do nosso próprio bolso, e correr atrás de recursos para trabalhar com esse aluno, porque o município não nos oferece esses recursos (professora regente)

Questionamos a profissional de apoio do aluno sobre as principais dificuldades que o aluno sente para apreender os conteúdos apresentados nas disciplinas e em qual aspecto o aluno sente maior dificuldade de aprendizagem.

Devido a deficiência do aluno ele consegue fazer alguns rabiscos com o material adaptado, ele fica limitado porque essa deficiência impede a realização de alguns movimentos por conta de ele ser cadeirante. (profissional de apoio escolar)

As professoras relatam que a escola ainda não oferece cursos de formação continuada, os professores estão aos poucos se capacitando para trabalhar sob os aportes teórico-metodológicos da educação inclusiva. A professora regente da turma planeja suas atividades sempre com uma específica e adaptada para o aluno deficiente e o inclui nas atividades em grupo para participação ativa na turma.

Observamos também, que as professoras com os poucos recursos que tem aplicam metodologias contextualizadas com a realidade deste educando, para que estas facilitem o processo de inclusão. Stainback e Stainback (1999, p. 243) comentam que “os professores também precisam modificar as atividades em que determinado aluno participa, ou a maneira como ele atinge os objetivos”. Percebe-se nas falas das professoras que incluir significa trazer para o meio social as pessoas com necessidades educativas especiais, e que a inclusão escolar implica o compromisso que a escola assume de educar cada criança.

Acerca da estrutura física da escola, esta foi reinaugurada em agosto de 2022 e obteve um banheiro adaptado e rampas de acesso para cadeirantes, que até então não possuía. A figura 3 mostra esse fator de acessibilidade.

Imagem 3 - Banheiro Adaptado



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Acerca da relação do aluno com os colegas, os alunos denominam serem boa e fazem o possível para aproximarem ele nas atividades, questionamos às professoras se houve algum traço de exclusão do aluno por parte dos colegas e esta ressalta que não, os alunos sempre brincam com ele e o tratam com muito carinho.

Ao entrevistarmos a mãe do aluno sobre o percurso da vida escolar do seu filho com relação a recepção na escola e dos profissionais em geral, ela destaca:

Na minha opinião tem sido boa. A direção sempre atenciosa, mostrando interesse em garantir o acesso do meu filho. Com relação aos professores, foi a mesma coisa, sempre com muita atenção, e os colegas buscam ajudar sempre que é possível.

Perguntamos como ela avalia o desenvolvimento dele na escola e as metodologias utilizadas pela professora:

Meu filho aprende devagar. Vai no ritmo dele. A escola apresenta algumas adaptações de materiais que são usados na hora da aula. Às vezes, dá certo e ele participa (...) Ele consegue aprender alguma coisa, quando volta para casa depois da aula chega todo feliz. Não sei bem como ele é avaliado. Mas sei que ele melhora o humor e gosta muito de ir à escola

A partir do relato da mãe do aluno sobre sua vida escolar, em especial seu desenvolvimento, vimos que a criança não tem entrave na relação afetiva com as professoras, e que a comunicação entre o aluno, os professores, a direção e os colegas é satisfatória. Em relação aos amigos da criança, são carinhosos, proporcionando uma comunicação entre eles efetiva.

No entanto, em nosso estudo, as entrevistas revelaram que a relação da criança cadeirante com as demais crianças se limita a trocas de informações básicas. Ele, por não

conhecer outras experiências, só pode achar que este ambiente em que vive é bom: tem amigos, vai à escola todos os dias, é bem tratado. Acreditamos ser de suma importância que a criança deficiente possa ir à escola, que os pais deem esse apoio que ela tanto precisa, muitas vezes a não adaptação nas aulas desmotiva essa criança.

Par que este ambiente se torne minimamente adequado às necessidades do aluno, são necessárias mudanças e adaptações que parecem distantes de serem realizadas em curto prazo. Outro ponto importante, é que o aluno usuário de cadeiras de rodas, como qualquer criança, está em processo de desenvolvimento de linguagem, de processos identificatórios de construção de valores sociais e afetivos, entre outros.

Frente a essas reflexões, e de acordo com os dados coletados durante a vivência na instituição, verificamos que a escola não trabalha com projetos direcionados para públicos específicos, o que é de suma importância para o processo de inclusão. As professoras ressaltam que projetos não são normalmente aplicados na escola.

Seguindo a entrevista, perguntamos aos alunos da turma se sabiam o que significava inclusão e nenhum dos alunos soube comentar qual o significado, ou seja, a nosso ver, a instituição ainda não desenvolveu nenhum trabalho com os alunos a respeito da inclusão, visto que é muito importante que haja comunicação entre escola e a classe de estudantes, pois a inclusão, de acordo com Mantoan (2003, p. 15), “[...] é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam”.

4 RESULTADOS E DISCUSSOES

Diante do que foi exposto, o que se assiste nos ambientes escolares é a necessidade urgente de reflexão sobre o desenvolvimento da educação, pensada sobre o paradigma da inclusão. Nesse sentido, a instituição escolar deveria ser efetivamente mais orientada para as particularidades apresentadas pelos alunos do que para as necessidades da sociedade.

A relação com a família também é muito importante para que o processo de inclusão aconteça, a família tem o dever de estar sempre presente em toda a trajetória de vida escolar de seu filho. Além disso, os familiares devem não apenas dar estrutura emocional e logística, mas monitorar e dialogar com os educadores sobre as atividades que poderiam ser mais viáveis a aprendizagem de seu filho, diagnosticando erros, cobrando mudanças e pressionar adaptações (MANTOAN, 2003).

Como professores temos dois caminhos a seguir: ou saímos da rotina e inovamos nossa prática diante das nossas necessidades e das necessidades de cada sujeito, ou ficamos lamentando o que poderia ser feito, jogando a culpa no sistema de ensino, nos ombros do governo, na família e em todos os setores da sociedade. Que garantias temos de que a inclusão

terá sucesso? Ou quando estas mudanças ocorrerão na prática? Essas respostas só serão respondidas quando passarmos dos discursos e dos debates para a prática em toda sua plenitude. Como Rodrigues afirma:

O desenvolvimento da Educação Inclusiva depende, em grande parte, do desenvolvimento do sistema educativo no seu conjunto. É muito difícil desenvolver um sistema que, coerentemente, opte pela Educação Inclusiva sem fazer uma aposta decisiva no desenvolvimento da escola regular. [...] a Educação Inclusiva, enquanto reforma educacional, só poderá florescer em sistemas educativos capazes de aceitar uma mudança nos seus hábitos e paradigmas (2008, p. 40).

A partir desta pesquisa, consideramos que o processo de inclusão do aluno é limitado na medida em que a escola por ter apenas o ensino multisseriado não está totalmente preparada para receber este aluno. A escola ainda não trabalhou projetos sobre a educação especial e inclusiva, a escola ainda não oferece formação continuada para a professora da turma, os recursos e metodologias também são limitados e reduz ação educativa do aluno apenas em sala de aula. Ele é incluído nos liames do ensino, mas não estimulado em todas as suas potencialidades e necessidades, como por exemplo a inserção de tecnologias assistivas aliadas aos seu ensino e estímulo do desenvolvimento sociocognitivo.

Nas entrevistas a professora menciona que o aluno avançou até um certo ponto e que o comprometimento neurológico e motor o impossibilita de se desenvolver mais. No entanto, não percebemos alternativas para estímulos o que limita ainda mais seu desenvolvimento. Não há educação física na escola, então a parte recreativa também fica por conta da professora regente o que acaba tendo que ministrar todas as áreas de conhecimento para todas as séries.

Além disso, ressaltamos que a sobrecarga de trabalho da professora também é demasiada e esta não possui um tempo destinado para planejamento, trabalhando de segunda a sexta feira em sala de aula. Assim, ressaltamos que os desafios são enormes, e que apesar deles, a professora tenta contorna-los na medida do possível.

Portanto, é necessário que a escola esteja preparada para receber alunos com todos os tipos de diferenças, possuindo um conjunto de recursos que precisam ser organizados e disponibilizados para que todos os alunos, sejam eles deficientes ou não, possam desenvolver suas competências com respeito e dignidade, sendo justamente responsabilidade do professor a adaptação das aulas de uma maneira que inclua o grupo de alunos em geral, conseguindo, assim, atender cada um com suas especificidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na

valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os quais fortalecem a identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Os tempos são modernos e as pessoas estão incluindo mais as pessoas com necessidades especiais, ainda a um longo e árduo caminho a se expandir e percorrer, somos uma sociedade desunida, ainda dependemos de leis para garantir o mínimo de direitos para os mesmos.

O presente trabalho nos possibilitou um melhor entendimento sobre a questão da inclusão de um aluno com deficiência múltipla durante sua participação no processo do ensino aprendizagem. Pois este ser é capaz como os outros, não da mesma forma, mas com suas limitações, seus desejos, suas frustrações, seus sonhos e sua vontade de ser respeitado como gente que pensa, sofre, ama, sorri, se decepciona e que busca o que todo ser humano deseja, ou seja, ser feliz e ser aceito e compreendido por todos.

No, entanto, na perspectiva de um aluno deficiente, a escola ideal ainda é uma realidade distante, em especial no que refere a vivências nas aulas. Esses alunos não têm um espaço adequado para a realização das suas atividades, e cabe ao docente enfrentar o desafio de ser criativo para atuar de forma eficaz no desenvolvimento do seu conteúdo.

Por fim, entendemos que os achados nesse trabalho não se esgotam, novos olhares acerca da aluno podem e devem ser desenhados, e que as informações pertinentes a formação do professor possam alcançar as populações especiais. Nesse sentido, acreditamos que o aspecto associado a terminologia inclusão pode trazer bons frutos como área de atuação do professor.

REFERENCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. In:** Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, no. 21, março, 2001, pp. 160-173.

_____, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação Inclusiva: a fundamentação Filosófica.** Coordenação Geral SEESP/MEC; organização. V. 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretária da Educação Especial. **Educação Inclusiva: fundamentação filosófica.** Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece diretrizes e bases para a educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Seção 1

_____. **Política Nacional de educação Especial. EDESP: Um direito Assegurado – livro 1.** SESP/MEC 1998.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular.** Jundiaí: Paco editorial, 2014.

DRAGO, R.; OLIVEIRA, A. G.; SILVEIRA, L. V.; RODRIGUES, P. S.; DIAS, I. R. **Projeto político pedagógico e inclusão escolar: um diálogo possível.** Caderno de Pesquisa em Educação PPGE – UFES. V. 16, n. 31, pp. 126-145, 2010.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Educação Especial e Inclusão. **Revista Criança.** Ministério da Educação – MEC, No.36, jun.2002, p.34-36.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. **O Educador: vida e morte.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas S.. A., 2008.
GUERREIRO, E. P. SILVA, L. M. EDELSTEIN, S. F. Políticas sociais na área de acessibilidade para crianças e adolescentes cadeirantes nas escolas públicas de Santos. **Social Meeting Scientific Journal.** v. I, n. 1, pp. ,107-118, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3ed. Atlas, 1996.

MARQUES, R. R; HARTMANN, A. M. Escolarização de alunos com síndrome de down: um estudo de caso. **Monografias Ambientais – REMO/UFESM,** Santa Maria, v. 8, n. 8, p. 1837-1849, agosto de 2012.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** **In:** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

PRESTES, M. L. de M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola á academia.** 4. Ed. São Paulo: Rêspel, 2014.

RODRIGUES, D. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. **Revista de Educação Especial.** Secretaria de Educação Especial. Brasil, v. 4, n2, p. 1-58, jul./ out. 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, A. P. O.; SILVA, F. P.; SANTANA, V. R. B. Educação Física em uma perspectiva inclusiva para alunos cadeirantes em escolas de ensino regular: estudo de revisão bibliográfica. **Trabalho de conclusão de Curso**, Centro Universitário Tabosa de Almeida, Curso de Educação Física, 2018.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. 6ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.